

Clubbing* e construções identitárias de género: proposta de um quadro analítico

PEDRO BOIA**

Universidade do Porto

LÍGIA FERRO***

Universidade do Porto

JOÃO TEIXEIRA LOPES****

Universidade do Porto

Resumo

A partir de uma investigação das construções identitárias de género das mulheres nas (sub)culturas *club* associadas à música electrónica de dança em Portugal, este artigo pretende contribuir para os *clubbing studies*, propondo um modelo de análise aplicável ao estudo de diversas realidades, espaços e fracções do *clubbing*. Discutindo a literatura das teorias das subculturas, pós-subculturas e *club cultures*, as respectivas transformações sociais e implicações de género, delineamos um quadro analítico híbrido e plástico, capaz de apreender a complexidade destas realidades. É enfatizada a necessidade de: i) segmentar com precisão as fracções das (sub)culturas *club*; ii) efectivar uma interseccionalidade múltipla entre diferentes variáveis (género, classe social, etnicidade, segmentação interna do *clubbing*, gosto); e, por último, iii) analisar as trajectórias biográficas e de socialização das *clubbers* no âmbito de uma sociologia das disposições. Estes aspectos são essenciais para uma especificação empírica e localizada das múltiplas construções de género e feminilidades, evitando-se assim a universalização tácita de uma noção e experiência unívocas de “mulher *clubber*”.

Palavras-chave: *Clubbing*, música de dança, género, disposições, interseccionalidade.

* Texto escrito em conformidade com as normas anteriores ao Acordo Ortográfico de 1990.

** Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e do Instituto de Etnomusicologia (INET). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n – 4150-564 Porto | psantosboia@gmail.com.

*** Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES, ISCTE-IUL) e investigadora associada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP). Endereço de correspondência: Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas – 1649-026 Lisboa | ligia.ferro@iscte.pt.

**** Professor Catedrático e Presidente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n – 4150-564 Porto | jlopes@letras.up.pt.

Abstract***Identity constructions of gender in clubbing: proposal of an analytical framework***

Resulting from a research on the gender identity constructions of women in club (sub) cultures (associated with electronic dance music) in Portugal, this article aims to contribute to clubbing studies by proposing an analytical framework useful for the study of different realities, spaces and fractions of clubbing. After discussing literature on the theories of subcultures, post-subcultures and club cultures, and the respective social changes and gender implications, we present a hybrid and plastic framework, capable of helping us explore the complexity of these realities. The article stresses the need to: i) segment with precision the club (sub)cultures fractions under study, ii) explore the multiple intersectionality between different variables (gender, social class, ethnicity, internal segmentation of club (sub)cultures, taste), and finally iii) analyse the clubbers' biographic and socialisation trajectories within the scope of the sociology of dispositions. These aspects are essential for an empirically and localised specification of the multiple constructions of gender and femininities, thus avoiding the tacit universalisation of a single notion and experience of "female clubber".

Keywords: Clubbing; club cultures; subcultures; gender; intersectionality; dispositions.

Résumé***Construções identitárias de género dans le clubbing: Proposition d'un cadre analytique***

À partir d'une recherche sur les constructions identitaires des femmes dans les (sous-) cultures club liés à la musique électronique de danse au Portugal, cet article vise à contribuer aux clubbing studies en proposant un modèle d'analyse utile pour l'étude des différentes réalités, espaces et fractions du clubbing. Moyennant la discussion de la littérature concernant les théories des sous-cultures, post-sous-cultures et cultures club, leurs transformations sociales et de genre, nous proposons un cadre analytique hybride et plastique, capable de saisir la complexité de ces réalités. L'article met l'accent sur la nécessité: i) de segmenter avec précision les fractions de (sous-)cultures club, ii) d'explorer l'intersectionnalité multiple entre différentes variables (genre, classe sociale, ethnicité, segmentation interne des (sous-)cultures club, goût) et, enfin, iii) d'analyser les trajectoires biographiques et la socialisation des clubbers dans le cadre d'une sociologie des dispositions. Ces aspects sont essentiels pour une spécification empirique des constructions de genre et féminités multiples, évitant de cette façon l'universalisation tacite d'une notion et d'une expérience univoques de la "femme clubber."

Mots-clés: Clubbing; cultures club; sous-cultures; genre; intersectionnalité; dispositions.

1. Introdução

Este artigo pretende contribuir para os *clubbing studies*, propondo um modelo analítico delineado a partir de uma investigação dos processos de construção identitária de género – particularmente das mulheres – nas (sub)culturas

associadas às festas de música electrónica de dança em Portugal. Sendo um texto quase exclusivamente teórico, é discutido um modelo de análise que, tendo emergido no âmbito de um projecto de investigação específico¹, poderá ter potencial heurístico para o estudo de outras realidades do *clubbing* noutros espaços, culturas e países, considerando-se outras fracções do *clubbing* e respectivos subgéneros musicais. Para além de desenharmos uma grelha que servisse as metas deste projecto específico, foi também nossa intenção dar azo à “imaginação sociológica” construindo um modelo que possa ser usado em contextos de pesquisa diversos que não privilegiam necessariamente o género. A sua construção muito deve ao constante “vaivém” entre teoria e empiria (Lopes, 2000: 192), processo dialéctico imprescindível em qualquer estudo sociológico.

O campo dos estudos de género tem crescido exponencialmente em Portugal e ambicionamos que esta proposta contribua para o estudo das (sub)culturas, estimulando a reflexividade acerca das diferenças de género. Os objectivos empíricos específicos da investigação foram compreender a experiência das mulheres no *clubbing*, considerando-se aspectos como o prazer e o hedonismo (enfatizados por Jackson, 2003; Malbon, 1999²), bem como o controlo social *versus* a autonomia, a sexualidade, os usos de drogas, a gestão do risco, a violência.

Após uma discussão introdutória sobre género e teoria social, faremos uma revisão da literatura sobre ‘subculturas’, ‘pós-subculturas’ e ‘culturas *club*’. Formulando-se um quadro teórico de base híbrida, serão depois debatidas:

- i) a necessidade de segmentar com precisão e especificar empiricamente e de um modo localizado quais as fracções do *clubbing* a estudar;
- ii) a necessidade de proceder a uma efectiva intersecção entre variáveis (género, classe social, etnicidade, estruturação interna do *clubbing*, gosto);
- iii) a importância de se considerar as trajectórias biográficas e de socialização das *clubbers*, bem como os processos de internalização, de modo a conseguir-se um aprofundamento da abordagem interseccional.

Finalmente, após a apresentação de breves exemplos dos resultados da investigação que originou este quadro teórico, será discutida a importância desta proposta para especificar empiricamente as experiências, configurações de género e feminilidades concretas, de modo a evitar-se a universalização indevida de uma só noção e experiência de “mulher *clubber*”.

1 Este artigo resulta do projecto de investigação “*Construções identitárias de género nas (sub)culturas clubbers*” (PIHM/SOC/63599/2005), co-financiado pela FCT e pela CIG, e realizado no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2007-08. A equipa foi constituída por João Teixeira Lopes (coordenador), Paula Guerra, Lígia Ferro e Pedro dos Santos Boia. Este foi um estudo qualitativo, fundamentalmente baseado em incursões etnográficas, observação directa e entrevistas.

2 Malbon salienta a vitalidade, a dança e as experiências extáticas.

2. Género e teoria social: pressupostos fundamentais

Visando aprofundar a abordagem de género, este estudo centra-se nas identidades femininas. Na linha do que tem sido defendido no seio das ciências sociais, consideramos que o termo “sexo” serve unicamente para designar as diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres, o que não satisfaz as pretensões de descortinar “a masculinidade ou a feminilidade convencionadas socialmente” (Ferreira, 2001: 49; cf., por ex., Anderson, 1997). Usamos, assim, o conceito de “género”, que se refere ao carácter não natural mas antes construído da masculinidade e da feminilidade.

O enfoque analítico privilegia uma abordagem multidimensional das relações de poder. De Max Weber e Pierre Bourdieu retoma-se a indicação heurística de conceber níveis relativamente autónomos de recursos (capital económico, cultural, social, político e simbólico), sem esquecer as suas múltiplas sobredeterminações e diferentes actualizações, quer nos campos em que as práticas operam (nível macrosociológico), quer nos quadros de interacção em que se exercitam (nível meso e micro-sociológico).

Das abordagens pós-estruturalistas retemos as concepções multiformes de dominação mas também as possibilidades de emancipação, sem estabelecer, *a priori*, qualquer determinismo simplista ou centralidade exclusiva. São consideradas variáveis estruturais como classe social, género, etnicidade. No entanto, são sublinhadas, por opção analítica de partida, a variável género e as suas modalidades de inter-relação com os processos de dominação/emancipação.

É fundamental, na concepção de *agência feminina*, a teoria da estruturação de Giddens (1996, 2000). Pensamos como Giddens que as estruturas não existem de “modo coisificado”, como reificação exterior aos agentes, na mais pura herança durkheimiana. Há que acentuar a co-produção dos sujeitos e das estruturas, recusando versões positivistas que encaram os agentes como tábua rasa ou *cultural dopes*. A vida social produz-se e reproduz-se pelo mesmo processo através do qual as estruturas (cuja ordem é *virtual*) se tornam instantâneas ou imanentes na e pela prática social, sendo, simultaneamente, a sua condição e o seu resultado. Realça-se, então, a *consciência discursiva* dos agentes e as formas de linguagem mediante as quais aquela é expressa, particularmente nos espaços-tempo dos quadros de interacção, unidade de observação e de análise, onde os conflitos de sentido são, igualmente, conflitos corporais e *performativos*. Investimentos discursivos, verbais e/ou não verbais merecem especial atenção. As mulheres, enquanto agentes, são, pois, pensadas nesta dupla perspectiva: *dentro dos contextos* e *fora deles*, fugindo quer às teorias que concebem o indivíduo independentemente da sua situação nos espaços sociais, quer às visões impessoais que recusam a capacitação dos agentes em pensar e modificar tais contextos, ganhando, face a eles, uma *distância reflexiva*.

Esta abordagem ficaria incompleta se não avançássemos na direcção de uma *agência feminina* enquanto aceitação analítica da circunstância de que as mulheres são agentes sociais, “envolvidas num sistema social, sistémico e simbólico, edificado na continuidade, contradição e mudança” (Arnot e Dillabough, 2002).

Um terceiro procedimento é necessário: a agência feminina distancia-se das visões essencialistas e do pensamento único identitário. Afirmamos assim a nossa preocupação com as heterogeneidades – não só as acções são plurais, como as suas disposições se revelam contraditórias, tensas, compósitas (Lahire, 2005).

Finalmente, importa ainda dar um quarto passo: considerar a radicalidade da categoria “mulher” por oposição, quer às concepções abstractas (presentes, por exemplo, na concepção de esfera pública de Habermas (1984), onde o arbitrário cultural e a violência simbólica da ordem masculina hegemónica repousam num conceito sem género – o de cidadão autónomo, dissociado das condições sociais da sua produção e sem identidade substantiva, espécie de lugar vazio da cidadania), quer às concepções neoliberais e individualistas. Tal significa pensar num colectivo de agentes femininos heterogéneos mas dotados de intencionalidade política, social, cultural e simbólica, capazes de agir *na e com* a diferença, através de consensos dialógicos e provisórios. Afirmar Young: “Sem conceptualizar as mulheres, de alguma forma, como um grupo, não é possível conceptualizar a opressão como um processo institucional, sistemático e estruturado” (1995: 192). Ao mesmo tempo, há que abdicar do ponto de vista soberano, da pretensão de poder falar com legitimidade de *todas* as experiências femininas.

3. Género, subculturas e *clubbing*

Já no clássico livro *Resistance through Rituals*, obra-chave do paradigma das subculturas desenvolvida pelo *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) de Birmingham e originalmente publicada em 1976, McRobbie e Garber (2006) alertavam para a falha daquele modelo em termos de género, nomeadamente a ausência das raparigas das análises subculturais. Estas autoras denunciavam que as pesquisas, os pesquisadores e os pesquisados estavam submersos numa lógica dominante masculina (Lincoln, 2004).

Enriquecendo a teoria assente no conceito de ‘subcultura’, McRobbie e Garber acrescentam assim a variável género à de classe social, privilegiada naquela perspectiva. Mostram como a atenção empírica ao que chamam “cultura de quarto” permite colmatar a invisibilidade das raparigas nas análises subculturais. Fazem-no considerando os papéis subculturais por elas desempenhados na esfera mais privada, alternativa ao espaço público dominado pelo género masculino. A análise alarga-se, assim, à respectiva ‘cultura de interiores’ (o quarto, dentro de casa).

Entretanto, ao longo das várias décadas que passaram desde a publicação de *Resistance through Rituals*, a participação das mulheres no espaço público intensificou-se, sendo hoje mais presente e activa no *clubbing* do que o era nas ‘antigas’ subculturas. Na esfera do lazer houve, assim, um movimento das mulheres do lar e do quarto para os *clubes*³. Apesar disso, nos inícios do século XXI, Pini (2001) e Hutton (2004, 2006) apontavam que, no âmbito da sua relação com as práticas de lazer, as mulheres continuavam a ser predominantemente estudadas no âmbito da cultura de interiores.

O alerta estava dado, de novo, para a relativa invisibilidade das mulheres nas análises das culturas *club* contemporâneas (Pini, 2001: 10; Hutton, 2006: 1). Tal como há quarenta anos, no caso das análises enquadradas pelo paradigma das subculturas, também o estudo das *club cultures* se centrava e se restringia, tacitamente, à experiência dos homens. A negligência das experiências das mulheres é tanto mais grave quanto a sua participação no *clubbing* parece ser, proporcionalmente, mais intensa do que nas subculturas das décadas anteriores.

Pini salienta que sair à noite, ingerir álcool ou até drogas, bem como a expressão da sexualidade menos sujeita a constrangimentos, deixaram de constituir práticas exclusivamente masculinas (Pini, 2001: 10-13). A narrativa da ‘aventura’ aparece nos discursos das mulheres *clubbers* por ela entrevistadas. Aí, são significativas as noções de liberdade e libertação associadas à emergência de novas feminilidades (*Ibidem*: 14-15). No entanto, esta autora também realça a ideia do *clubbing* como propiciador de um sentimento comunitário de pertença, ao constituir uma espécie de novo ‘lar’ (*home*) alternativo à casa (*Ibidem*: 15-16)⁴. ‘Loucura’ e ‘confusão’ substituem a estabilidade e o fechamento do lar e da cultura de interiores descrita por McRobbie e Garber (2006) décadas antes – Pini interpreta os discursos das *clubbers* sugerindo que, nos espaços de *clubbing*, elas se sentem em ‘casa’ (Pini, 2001: 15).

Pini considera assim que, como parte dos processos de reconfiguração pelos quais passa hoje a feminilidade nas sociedades ocidentais contemporâneas, as culturas *club* associadas à música electrónica de dança constituem espaços privilegiados de desafio às feminilidades tradicionais e de experimentação de novas feminilidades. Mais do que isso, ‘*losing it*’ na pista de dança, segundo Pini (2001), permite às mulheres uma “resolução mágica” das contradições e da confusão que deriva dessas aceleradas reconfigurações de género. Por sua vez, Hutton (2004, 2006) propõe, contrariamente ao discurso dominante, que o risco (inerente ao uso “recreativo” de certas drogas e à sexualidade) pode ser um recurso positivo para a construção identitária das mulheres.

3 O jogo de palavras no subtítulo do livro de Pini, *The move from home to house*, é bem conseguido.

4 Este é um outro aspecto do referido jogo de palavras.

4. Da teoria clássica das subculturas às pós-subculturas e culturas *club*

Para a formulação do quadro teórico proposto, começaremos por discutir a abordagem subcultural clássica e as transformações sociais e económicas que levaram à emergência das chamadas *club cultures* e das pós-subculturas, bem como as respectivas implicações de gênero. Serão debatidos aspectos da teoria clássica das subculturas que a nosso ver continuam a ser relevantes, bem como as perspectivas mais recentes, considerando-se as críticas e os alargamentos face à teoria subcultural. Em resultado, é formulado o conceito híbrido de (sub)cultura *club*, não filiado numa única destas teorias mas antes possuidor da plasticidade necessária para captar empiricamente a complexidade das realidades do *clubbing*.

4.1 O paradigma subcultural clássico da escola de Birmingham

A emergência das culturas juvenis surgia, aos olhos dos autores da ‘escola de Birmingham’ do CCCS dos anos 70, como um dos aspectos mais distintos e ‘espectaculares’ da cultura britânica do pós-Segunda Guerra Mundial, suscitando questões sobre o carácter contraditório e contestado da mudança cultural, bem como sobre a diversidade de formas de “resistência” que tomavam forma (Hall e Jefferson, 2006⁵: viii). Central a esta perspectiva, enformada por um estruturalismo marxista, era a intenção de estabelecer conexões entre os fenómenos subculturais e uma análise histórica social e cultural geral da formação social, procurando aí encontrar ‘homologias’ (*Ibidem*: viii-ix)⁶.

A importância que esta perspectiva atribuía à cultura e à sua dimensão simbólica, no contexto da sociologia dominante de então, embora não procurando superar os princípios básicos da sociologia marxista, dão-lhe um lugar de relevo na ‘viragem cultural’ nas ciências sociais (*Ibidem*: ix). Na procura de homologias e conexões, a variável classe social e a consideração das esferas da família, da escola e do trabalho, adquirem um lugar central (Lincoln, 2004: 94).

As subculturas juvenis eram, pois, conceptualizadas (porventura algo idealisticamente) como formas de “resistência” face à cultura dominante, ou seja, como expressões autênticas da juventude da classe operária, descomprometidas relativamente a lógicas de comercialismo. Em *Learning to Labour*, Willis (1977) conceptualiza as subculturas dos rapazes da classe operária como formas de “resistência” à cultura dominante da escola, enquanto Hebdige (1979) analisa o estilo *punk* vendo-o também como resistência através da ‘*bricolage*’ subjacente ao slogan do movimento (“DIY” – “*Do it yourself*”). Por sua vez,

5 Primeira edição originalmente publicada em 1976.

6 A ideia de homologias também está presente na teoria dos campos de Bourdieu (homologia entre os campos) (por exemplo, Bourdieu, 1976, 1979).

Phil Cohen (1997 [1972]) perspectiva as subculturas juvenis como lugares que permitem “resoluções mágicas” de contradições de classe entre a cultura operária dos pais e outras formas culturais.

As análises subculturais centram-se nas culturas dos jovens da classe operária, procurando ‘homologias’ entre estas e a estrutura de classes sociais. Até meados dos anos 80 parece que era, até certo ponto, mais fácil encontrar linearidades entre a estrutura social de classes e as subculturas, nomeadamente entre a classe operária e as respectivas subculturas juvenis.

4.2 O contexto neoliberal e a emergência das *club cultures*

A emergência do neoliberalismo em finais da década de 1970 e inícios da de 1980 e a correspondente afirmação do mercado, associados a um maior individualismo, marcam um ponto de viragem na configuração das culturas juvenis (Redhead, 1997; Hall e Jefferson, 2006). Para compreendermos as culturas juvenis posteriores a meados dos anos 1980 há que considerar o fenómeno de internacionalização e globalização do desporto e da música (Redhead, 1997: x). A crescente globalização das subculturas pode ser, ainda, relacionada com a emergência das novas economias culturais e regimes de acumulação global na década de 1980 (Roberts, 2005: 575, *apud* Hall e Jefferson, 2006: xxi).

A nova fluidez e o hibridismo das formações culturais juvenis, bem como a maior dificuldade em se estabelecerem conexões estruturais levaram à reconceptualização dos fenómenos anteriormente entendidos como ‘subculturas’, como ‘neotribos’ (Maffesoli, 1987; Bennett, 1999), ‘novos movimentos sociais’ (Martin, 2004), ‘pós-subculturas’ (Muggleton, 1997, 2000; Bennett e Kahn-Harris, 2004) ou ‘culturas *club*’ (Redhead, 1997; Redhead *et al.*, 1997) (cf. Hall e Jefferson, 2006: xix).

Estas teorizações, diferentes do quadro inicial da escola de Birmingham e mais ou menos pós-modernas conforme cada autor, baseiam-se na ideia fundamental de que as variáveis estruturais clássicas como a classe social perderam importância relativamente ao gosto. As novas perspectivas entendem agora o gosto (por um certo tipo de música, por exemplo) como uma variável difusa e fluida, ou seja, *autónoma* relativamente a condicionamentos classistas e como estando fortemente associada ao consumo (também ele autónomo). Estas seriam então culturas do gosto – isto é, baseadas na agregação, nos espaços do *clubbing*, de pessoas com características sociais diferentes mas com um gosto comum. São também de realçar o hedonismo e a identificação com valores boémios, fenómenos vistos como tendo uma lógica de certo modo transclassista e associando-se, pois, a processos de distinção social autonomizada da estrutura de classes e respectivos determinismos.

Inserido na corrente pós-subculturalista, Muggleton, para além de propor uma abordagem neweberiana, faz uma actualização pós-moderna da semiótica do estilo, cerca de vinte anos depois de Hebdige (1979) ter analisado

semioticamente a estética *punk* (Muggleton, 2000). O eclectismo é visto por Muggleton como um traço fundamental do estilo pós-moderno, considerando que o reordenamento, pelos actores, dos elementos subculturais em combinações novas e originais é um processo activo que não deve ser negligenciado (Muggleton, 1997: 178). Critica, assim, perspectivas que, em virtude do processo pós-moderno de autonomização dos signos dos seus contextos culturais originais, não vêem no estilo pós-moderno mais que simulacros e *pastiche* (*Ibidem*: 176).

É importante questionar o uso dos conceitos de “resistência” e de “autenticidade” pelos autores da teoria original das subculturas, pois é aí detectável um certo idealismo; mas também é verdade que os estilos pós-modernos parecem ser, por vezes, um “mero jogo estilístico a ser jogado” (*Ibidem*: 180), ou seja, meras combinações lúdicas e desideologizadas num infinito de possibilidades oferecidas por um gigantesco ‘Supermercado do Estilo’ (Polhemus, 1997) onde tudo é inócuo. Para concluir, a teorização pós-moderna mais radical conduziu ao surgimento de estudos sobre o *clubbing* enformados por teorias do pós-sujeito e da pós-identidade, como será discutido adiante.

4.3 Transformações de género

As transformações que levaram à emergência das *club cultures* a partir da década de 1980 relacionam-se com alterações ao nível do género. McRobbie refere a emergência de novas feminilidades, segundo a autora simbolizada pela substituição da *Jackie* pela *Just Seventeen* como a revista para raparigas entre os 12 e os 16 anos mais vendida no Reino Unido (McRobbie, 1991, 1994; Hall & Jefferson, 2006: xxiv). Esse processo terá posto em causa distinções clássicas, tais como entre subculturas baseadas na classe social e culturas juvenis comerciais, entre feminismo e feminilidade ou, ainda, entre autêntico e comercial (*Ibidem*).

Os conteúdos da *Just Seventeen* marcam a emergência de uma rapariga mais independente e individualizada, uma relativa ausência de “romance”, a preponderância das fantasias dos mundos *pop* e da moda, a maior franqueza sexual, os prazeres de ‘olhar’ e a respectiva inscrição do corpo nas lógicas do consumo (*Ibidem*). McRobbie analisa a entrada destas jovens nos mercados de trabalho do ‘novo consumo’ (*new consumer labour market*), em que ocupam as funções associadas à venda e colocação de produtos no mercado. Há, nas análises de McRobbie, uma viragem das raparigas para as mulheres jovens e do lazer para os novos mercados de trabalho informais e novas indústrias culturais, focalizando-se esta autora, igualmente, nas contrariedades do ‘pós-feminismo’ (*Ibidem*).

5. O modelo de análise proposto

5.1 A plasticidade e o hibridismo do conceito de (sub)culturas *club*: abertura a conexões estruturais sem linearidades forçadas

Em primeiro lugar, é importante conservar o que o quadro teórico subcultural clássico poderá continuar a ter de explicativo, ao mesmo tempo que se integram os novos elementos, as críticas e as expansões que os quadros pós-subcultural e das culturas *club* trazem.

Há que manter abertura à possibilidade de se encontrarem conexões entre realidades do *clubbing* e variáveis estruturais como o género, a classe e a etnicidade, ainda que considerando o fraccionamento do gosto e do consumo associado ao hedonismo das sociedades contemporâneas. Manifestamos reservas face às análises enquadradas por uma conceptualização pós-moderna das culturas *club* e das *raves* radicalmente hiper-individualizadas e assentes em teorias do pós-sujeito e da pós-identidade. Aí, o *clubbing* é apresentado como espaços e práticas onde as diferenças de classe, género e etnicidade desaparecem completamente e onde os participantes se tornam parte de uma espécie de “corpo sem órgãos” (Jordan, 1995)⁷.

As questões levantadas pelos pós-subculturalistas são relevantes, desde logo ao sugerirem que as subculturas são, em parte, uma construção teórica e totalizante, dado serem fruto de uma epistemologia realista (Muggleton, 1997: 183). Muggleton aponta, por exemplo, a dificuldade da teoria subcultural clássica, com a sua ênfase nas culturas juvenis de uma classe operária ‘pura’ (conceito associado a noções de autenticidade e resistência), em explicar a participação dos jovens de classe média nessas mesmas subculturas dos anos de 1960 e 70 e, simultaneamente, enquadrar esse fenómeno no quadro marxista subjacente a essa teoria (*Ibidem*: 182).

Por outro lado, não seguimos a linha pós-moderna/pós-estruturalista radical, pois é pertinente a afirmação de Hollands de que se os pós-modernos não encontram desigualdades ou estratificação nas culturas juvenis é, pelo menos em parte, porque não as procuram (Hollands, 2002: 158, citado por Carrington e Wilson, 2004: 77). Hollands questiona ainda se “serão os exemplos pós-modernos mais representativos ou empiricamente demonstráveis (...) do que eram as subculturas das minorias?” (*Ibidem*).

Propomos o conceito composto/híbrido de (sub)culturas *club*, pela sua plasticidade analítica e adaptabilidade à complexidade das realidades estudadas e às possíveis contradições a elas inerentes. Este conceito simboliza a abertura do quadro analítico aqui exposto face às possibilidades de se capturar empiricamente características quer subculturais, quer pós-subculturais e de carácter mais pós-moderno. Representa uma alternativa a uma concepção dualista entre

7 Para uma breve discussão crítica destes trabalhos, cf. Pini, 2001, pp. 6-7.

diferentes teorias, sugerindo a possibilidade de haver uma linha contínua entre características subculturais e pós-subculturais, bem como de se encontrarem *realidades híbridas* e heterogêneas, em que elementos subculturais coexistem com elementos pós-subculturais. Este conceito tem um carácter aberto, não tendo uma filiação unívoca em qualquer das teorias aqui discutidas, embora denotando assumidamente uma precaução face às perspectivas radicalmente pós-modernas.

Concluindo, pretendemos propor um quadro teórico que, valorizando a subjectividade dos sujeitos, admita tanto a possibilidade de objectivação de conexões estruturais (homologias), como de não-linearidades e fragmentação, sem pretender forçar a realidade empírica a encaixar artificialmente em qualquer das perspectivas que estiveram na base da formulação do conceito de (*sub*) *culturas club*. Em seguida, explicaremos detalhadamente o modelo de análise proposto (Figura 1, página seguinte).

5.2 Para uma segmentação e especificação mais precisas das fracções do *clubbing*

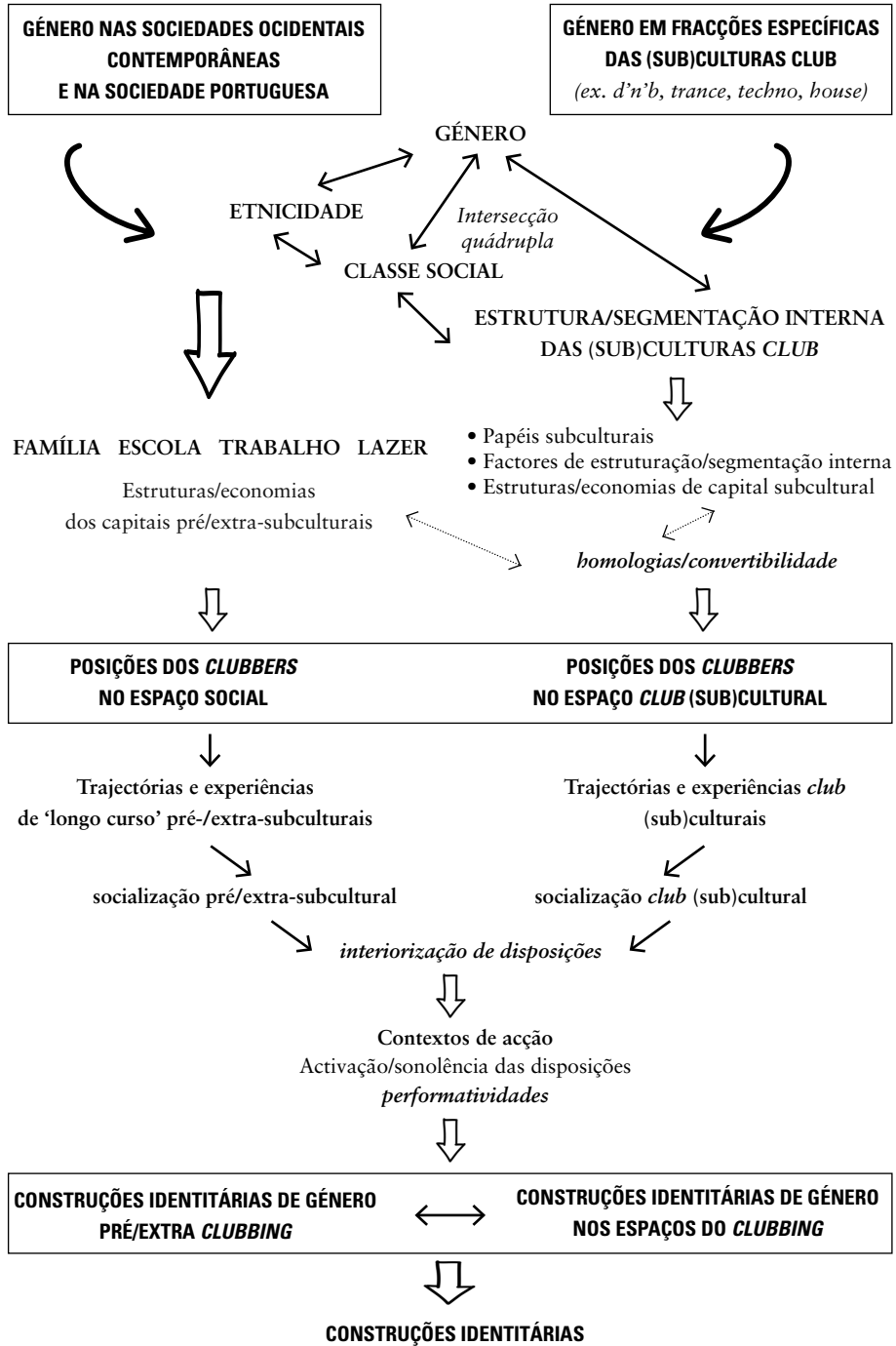
Partindo do trabalho pioneiro sobre as *club cultures* de Thornton, tanto Pini como Hutton baseiam as suas pesquisas na segmentação do *clubbing* entre ‘mainstream’ e ‘underground’⁸. Todos estes estudos incidem sobre o segmento ‘underground’, cujos frequentadores caracterizam como *hip* em comparação com o segmento ‘mainstream’, associado à música *house* considerada mais ‘comercial’⁹. No segmento ‘underground’, o consumo dito ‘recreativo’ de drogas e uma afectividade dessexualizada contrastam com o consumo de álcool, com a maior rigidez e sexualização dos *dress codes* e com a lógica de “engate” da fracção ‘mainstream’ (Thornton, 1996; Pini, 2001; Hutton, 2004, 2006).

O conceito de capital subcultural, proposto por Thornton, é relevante. Ele é formulado para se compreenderem os valores e as hierarquias actuaes no interior das *club cultures* (Thornton, 1996: 10). A autora inspira-se em Bourdieu (1979), que estabelece uma relação entre o gosto e a estrutura social, fazendo o primeiro depender da segunda. O capital subcultural pode ser entendido como uma subespécie de capital actuante no seio de um subcampo particular (Thornton, 1996: 11). Sendo reconhecido e conferindo um determinado estatuto a quem o possui, o capital subcultural corresponde a uma determinada *hipness* subcultural, podendo ser *objectificado* (ter os últimos vinis ou CD, roupas e adereços) ou *corporalizado* (dominar a performatividade subcultural e “parecer que se nasceu para interpretar os últimos estilos de dança”) (*Ibidem*:

8 Sendo baseada nos termos usados pelos próprios *clubbers* – nos seus ‘etnométodos’, podemos dizer –, há que ter o cuidado para não reificar as noções de ‘mainstream’ e ‘underground’ e o respectivo dualismo.

9 Como mostra Thornton, a *un-hipness* atribuída aos clubes ‘mainstream’ é associada ao género feminino e a *hipness* do segmento ‘underground’ ao género masculino (Thornton, 1996: 87-115), sendo este um julgamento que reflecte, obviamente, a perspectiva dos *clubbers* do segmento dito ‘underground’. Apesar disso, é no segmento ‘underground’ que, segundo Pini (2001), as mulheres têm maior liberdade para experimentarem novas feminilidades.

Figura 1.
Modelo de análise das construções identitárias de género nas (sub)culturas club



11). Tal como o conceito de capital cultural é fulcral para compreender os processos de *distinção* analisados por Bourdieu, o de capital subcultural é útil para analisar como processos equivalentes ocorrem nos espaços do *clubbing*.

A diferenciação entre ‘mainstream’ e ‘underground’ é, então, uma dimensão importante da segmentação das (sub)culturas *club* a ter em conta¹⁰. No entanto, tal não é de todo suficiente. Os conceitos de *clubbing* ou de *raving*, usados em muita literatura sobre o *clubbing* sem nenhuma especificação adicional (para além de ‘underground’), parecem-nos demasiado abstractos, genéricos e homogeneizantes. O estudo das *club cultures* será enriquecido e a sua complexidade mais bem apreendida empírica e analiticamente se se efectuar uma segmentação mais fina e localizada do *clubbing*, isto é, distinguindo entre as diferentes fracções (associadas a subgéneros de música electrónica de dança) que o compõem num dado país ou região.

Na investigação que originou o presente modelo analítico (cf. Lopes, Boia, Ferro, Guerra, 2010a e 2010b; Boia e Lopes, 2012)¹¹ foram seleccionadas e analisadas fracções específicas do segmento dito ‘underground’ das (sub)culturas *club*, nomeadamente o *drum’n’bass*, o *trance* e o *techno*. Não foram, contudo, descuradas as trajectórias passadas das *clubbers* pelo *house* dito ‘mainstream’, nem a sua participação, por vezes híbrida e pendular entre tais fracções do ‘underground’, ou mesmo entre estas e o *house*¹² – admitindo-se assim o cenário mais pós-estruturalista que prevê a autonomia *relativa* da variável gosto face à classe social, ou uma certa fragmentação/pulverização do próprio gosto.

A segmentação das (sub)culturas *club* a um nível mais micro permite também algo de verdadeiramente importante: desenvolver uma *perspectiva comparativa* entre as construções identitárias nas diferentes fracções analisadas. Tal possibilita encontrar eventuais homologias – ou a ausência delas – entre certas fracções do *clubbing* e determinadas classes sociais, configurações de género ou de etnicidade aos níveis extra-*clubbing*. Estas problemáticas relacionam-se com a necessidade de se desenvolver uma perspectiva assente numa interseccionalidade múltipla entre as várias variáveis em jogo (género, classe social, etnicidade, gosto/consumo), aspecto que será discutido a seguir.

5.3 Para uma efectiva abordagem interseccional no estudo do *clubbing*

No início, começámos por distinguir o conceito de “género” do de “sexo”. É inegável que “feminilidades e masculinidades”, como expressão das construções de género, são “multiformes no interior de cada ordem social e entre ordens sociais, em que se desenham muitos outros eixos de diferenciação, como a raça

¹⁰ Refira-se também a segmentação entre os produtores/organizadores e os frequentadores.

¹¹ Desenvolvimentos recentes na literatura sobre o *clubbing* demonstram também preocupação com a necessidade de questionar a homogeneização do fenómeno (por ex., Measham e Hadfield, 2009).

¹² A fluidez relativa das fronteiras entre fracções das (sub)culturas *club*, bem como os constantes e múltiplos fenómenos de mutação e de hibridização entre subgéneros musicais e respectivas características *club* subculturais, são aspectos igualmente importantes.

ou a classe” (Lovell, 2002: 319). Para além da necessidade de uma segmentação mais fina das fracções do *clubbing*, proceder a uma interseccionalidade efectiva entre variáveis é também fundamental para se compreender, com a devida profundidade, a complexidade do *clubbing* e dos fenómenos nele implicados.

A perspectiva interseccional não privilegia necessariamente, à partida, qualquer variável. O género pode ser ou não a variável central na investigação. Neste caso foi, tendo sido sempre abordado em *intersecção* com a variável classe social (e também, embora bastante menos, com a etnicidade), com os factores de estruturação interna inerentes a cada fracção das (sub)culturas *club* consideradas¹³, bem como com o gosto.

O modelo de análise proposto baseia-se, pois, numa *intersecção múltipla* entre todas estas variáveis. A abordagem interseccional é realçada, por exemplo, por Crenshaw (1989), McCall (2005) e Choo e Ferree (2010). Não a entendemos, no entanto, no sentido de tais intersecções gerarem *necessariamente* opressões, pois podem evidenciar também emancipações ou simplesmente dimensões de “modos de se ser” (sem implicações directas em termos de poder ou opressão). Encaramo-las, então, como produtoras de construções ou configurações identitárias.

Um aspecto que implica necessariamente a interseccionalidade é, por exemplo, a convertibilidade dos capitais. Mesmo se o capital subcultural não é, à partida, tão determinado pela estrutura de classes como o capital cultural (como em Bourdieu) (Thornton, 1996: 12)¹⁴, há que realçar vivamente as hipóteses de convertibilidade entre capitais intra e extra (ou pré) subculturais consideradas por Thornton (1996: 10-14, inspirada por Bourdieu, 1979). Podem existir não só homologias entre as estruturas/economias relativas aos diferentes tipos de capitais extra-subculturais (económico, cultural, social e simbólico) e o capital intra-subcultural, mas também mecanismos que possibilitem processos de *conversão* de uns nos outros¹⁵.

A segmentação precisa das fracções *clubbing* e a interseccionalidade são recursos necessários para encontrar respostas para uma série de questões centrais, tais como: será que as construções identitárias resultantes das múltiplas possibilidades de intersecção são semelhantes no *drum'n'bass*, no *trance* ou no *techno*, por exemplo? Desde logo, será que os frequentadores destas diferentes fracções *club* (sub)culturais divergem entre si nas suas características sociais, tais como a origem e trajectória de classe e a respectiva socialização em termos

13 Em cada fracção analisada pode-se considerar, para além do capital subcultural e da segmentação entre a produção/organização e o consumo, a respectiva panóplia de papéis *club* (sub)culturais, as características estéticas da música e dos artefactos materiais e visuais, as substâncias ingeridas pelos participantes, os padrões de comportamento, as performatividades, os estilos e formas de apresentação do eu, etc.

14 Subjacente a esta questão está a noção das *club cultures* como culturas baseadas no gosto, concebido como variável autónoma e não determinado, de um modo linear, pela estrutura de classes sociais.

15 O “postulado da convertibilidade entre os diferentes tipos de capital (...) é”, para Bourdieu, “condição da redução do espaço à unidimensionalidade” (Bourdieu, 1979: 137). São óbvias as implicações e consequências deste processo ao nível da estruturação e estratificação social de poder.

de internalização de elementos identitários de gênero intersectados com os de classe e de etnicidade? E poderá haver, nos comportamentos e vivências que têm lugar nos diferentes espaços do *clubbing* (pista de dança, zonas VIP), graus distintos de homologias ou, pelo contrário, relações não lineares ou até subversões relativamente a condicionamentos produzidos por estruturas de classe e de gênero profundamente enraizadas na sociedade de um país ou uma região?

5.4 Trajectórias biográficas, socialização e disposições

Finalmente, a consideração das trajectórias biográficas de socialização e a internalização de disposições permitem efectivar a análise interseccional a um nível mais profundo. Considerando aspectos estruturais relativos às configurações de gênero nas sociedades estudadas (identidades, práticas, performances, divisão de trabalho, variados elementos estruturais de longo ‘curso’), há que saber como as trajectórias e experiências de ‘longo curso’ pré e extra-*club* (sub)culturais das *clubbers* constroem em si mesmas certas identidades nos sujeitos. A família, a escola e o trabalho são instâncias de socialização centrais. Ao mesmo tempo, cada fracção do *clubbing* tem certas configurações de gênero inerentes, havendo também, por isso, que estudar as trajectórias e experiências dos participantes no seio das (sub)culturas *club*. Estas últimas são, elas próprias, uma instância de socialização importante. Em suma, há que inter-relacionar as dimensões pré/extra-*clubbing* e intra-*clubbing*.

A sociologia das disposições é aqui um contributo teórico essencial. Produzidas pela posição objectiva dos sujeitos no espaço social, as disposições são matrizes internalizadas pelos sujeitos ao longo das suas trajectórias de socialização, que depois os predis põem para e geram certos tipos de acções, práticas e juízos de valor (Bourdieu, 1972, 1979). No estudo por nós desenvolvido, apropriámos e aplicámos a metodologia dos ‘retratos sociológicos’ de Lahire (2004), cuja teoria disposicional enfatiza uma sociologia à escala individual que procura compreender como múltiplos contextos de socialização podem produzir, num mesmo sujeito, disposições mais ou menos plurais e heterogêneas e não necessariamente coerentes entre si. Essas disposições são depois activadas ou não (mantidas em sonolência) pelos contextos de acção referentes às diferentes esferas de vida em que o sujeito se situa em cada momento (Lahire, 2001, 2004, 2005). A análise das variações intra e inter-individuais, bem como das singularidades e das regularidades é aqui importante (*Ibidem*). A inter-relação das dimensões pré/extra e intra-*clubbing* das identidades e conjuntos disposicionais de cada sujeito pode revelar quer homologias e consonâncias, quer diferenças e dissonâncias entre estes três níveis. Há que dar, igualmente, a devida atenção às tensões e aos dilemas inerentes aos casos de sujeitos que têm neles interiorizadas disposições plurais, heterogêneas e contrastantes. Também a performatividade – ela própria constitutiva das identidades (por exemplo, de gênero – cf. Butler, 1988) – deve ser considerada.

6. Breve olhar sobre alguns resultados da investigação

Empiricamente, os resultados do nosso estudo (Lopes *et al.*, 2010a e 2010b; Boia e Lopes, 2012)¹⁶ sugerem a existência de homologias relativas entre, por um lado, as segmentações internas entre fracções do *clubbing* e, por outro, segmentações estruturais extra-*clubbing* relativas a outras esferas da sociedade (classes e meios sociais, capital escolar, etnicidade, género). Por exemplo, o *drum'n'bass* surgiu associado aos centros urbanos, com frequentadores escolarizados e pertencentes às classes médias, enquanto o *techno*, com festas de grande dimensão deslocalizadas dos centros e atraindo frequentadores de diferentes regiões do país, se caracterizou por uma certa associação a *clubbers* oriundos de meios mais populares, possuidores de menos capital académico e, frequentemente, residentes nas periferias urbanas (os ditos “bairros problemáticos”)¹⁷. Nos eventos de cada fracção do *clubbing* considerados, os frequentadores ‘legítimos’ detectam e, como diria Goffman e os outros interaccionistas simbólicos, ‘etiquetam’ os ‘intrusos’ vindos de outras fracções, como “betinhos” ou como “gunas” (*Ibidem*).

Preocupados em evitar que o quadro teórico de partida criasse uma “circularidade” viciosa entre teoria e observação (Pinto, 1984; Almeida e Pinto, 1986)¹⁸, a verdade é que a ‘erosão’ de diferenças de género no *clubbing* “underground” descrita por Pini (2001) e o papel positivo do risco (associado ao uso “recreativo” de certas drogas e à sexualidade) na construção identitária das mulheres referido por Hutton (2004, 2006) nem sempre se verificaram empiricamente nas realidades observadas. Pelo contrário, o nosso estudo mostra que as drogas consumidas e os respectivos padrões de consumo, bem como os níveis de risco associado às drogas, sexualidade e violência, diferem muito entre as fracções do *clubbing* estudadas.

Os resultados revelam uma clara influência das disposições de classe social em intersecção com o género e respectivas trajectórias de ‘longo curso’ pré-*clubbing* sobre as vivências, comportamentos e experiências que têm lugar nos eventos *clubbing*, se bem que de modo nem sempre linear e por vezes até com subversões. Noutros casos, as trajectórias e as disposições *club* (sub)culturais também exercem uma influência activa sobre as dimensões identitárias e práticas que ocorrem nas esferas de vida e nos contextos de acção extra-*clubbing*.

16 Apenas se discutem aqui, de um modo muito breve e simplificado, alguns aspectos. Convidamos o leitor a explorar os resultados completos nas outras publicações produzidas no âmbito deste projecto de investigação.

17 As observações feitas sugerem também a presença de uma considerável proporção de afro-portugueses em festas *techno*.

18 Se bem que nenhum quadro teórico seja absolutamente ‘neutro’ – os conceitos e hipóteses considerados à partida condicionam o que se irá encontrar e foi já mencionada a nossa precaução face às perspectivas radicalmente pós-modernas.

A intersecção aprofundada entre variáveis revelou realidades complexas. Por exemplo, o estilo ‘unissexo’ no *techno* coexiste, paradoxalmente, com a activação de disposições e reprodução de identidades de gênero de ‘meio popular’ durante os eventos *clubbing*, com um controlo masculino tradicional sobre as mulheres (do qual as mulheres procuram fugir, delineando estratégias para irem autonomamente às festas, de autocarro, em grupos sem homens), ou a ocorrência de conflitos entre casais (“filmes”) devido à possessividade conjugal e ciúmes. Em comparação, saliente-se a maior simetria nas relações de gênero no *drum’n’bass* – apesar da maior polarização entre estilos de apresentação (roupas, maquilhagem, etc.) masculinos e femininos, ou os sinais de emergência de novas masculinidades no *trance* que apontam também para tal simetria.

Refira-se a “mágica” pós-moderna de certas salas VIP, descrita por uma frequentadora de *techno* oriunda da periferia do Porto, onde, relata, as “tias viravam peixeiras” e as “peixeiras viravam tias” (subversões de fronteiras e hierarquias entre classe ou estratos, apesar de se observar a convertibilidade dos capitais nos convites que essas “tias” e respectivos companheiros lhe faziam para os acompanhar aos seus apartamentos na *chic* Foz do Porto, onde – diziam – “não lhes faltaria nada”).

A simbologia do MDMA como “droga do amor” e a mistura frequente entre álcool e drogas em todas as fracções estudadas levam a conceptualizar um ‘*underground*’(?) *localizado*, contrastante com as realidades do *clubbing* descritas na literatura anglo-saxónica. Estes estudos sugerem a existência, aí, de um afecto dessexualizado como resultado da ingestão de *ecstasy*, bem como uma ausência de consumo de álcool. Esta última substância é apontada como levando mais facilmente a uma falta de controlo, por parte da mulher, sobre a sua própria sexualidade e, daí, como sendo especialmente potenciadora de risco e de perigo¹⁹. A mistura na ingestão de substâncias nas realidades por nós estudadas levanta novas questões quanto ao risco. É vital, pois, considerar as dimensões ‘locais’ e ‘trans-locais’ de cada “cena” (*scene* – cf. Bennett, 2004).

Torna-se evidente que a segmentação precisa das fracções do *clubbing* e uma perspectiva comparativa enriquecem e potenciam a análise interseccional e a apreensão analítica da pluralidade e complexidade destas realidades. Os resultados do nosso estudo confirmam assim a heurística e pertinência do quadro de análise proposto.

19 De acordo com a observação por nós levada a cabo, os consumos de substâncias, diferindo conforme as fracções, são mais moderados no *drum’n’bass* ou no *trance* do que no *techno*. Surgiram por parte das frequentadoras do *techno* relatos de abusos sexuais e violações associados aos consumos. Apesar disso, refiram-se relatos de frequentadores do *drum’n’bass* (onde supostamente os consumos seriam mais controlados), que passaram de um uso ‘recreativo’ de certas drogas ao consumo de heroína, que começaram a ir comprar a bairros “problemáticos”.

7. Conclusão: para uma especificação empírica e localizada do género e das feminilidades

Haverá, no *clubbing*, uma ‘erosão’ de diferenças produzidas pelas variáveis clássicas como a classe social, o género ou a etnicidade? Será a dimensão pós-identitária das vivências *club* (sub)culturais (que não rejeitamos) completamente neutralizadora de diferenças sociais naqueles espaços e contextos de acção?

Quanto ao género, a análise de Pini (2001) é algo ambivalente, sugerindo um certo grau de ‘desgenderização’, em linha, por exemplo, com as ficções e utopias feministas de Haraway (1991) ou de Braidotti (1991). No entanto, funcionará necessariamente e sempre o *clubbing* como “espaço de experimentação de novas feminilidades” (Pini, 2001) e, se sim, será que tal acontece do mesmo modo nas diferentes fracções *club* (sub)culturais e nas frequentadoras com diferentes posições e trajectórias pré e extra-*clubbing*? Questões semelhantes a esta, implicando as variáveis género, classe social, etnicidade e gosto, devem ser colocadas.

As respostas dependem das especificidades das fracções do *clubbing* estudadas, dos seus frequentadores, das sociedades e dos espaços que se inserem – por exemplo, Romo (2004) mostra que em Espanha, num certo período, o aumento da violência em eventos de música electrónica de dança produziu um regresso às feminilidades tradicionais (ressurgimento das “*festeras*”).

No *clubbing*, mulheres e homens podem encontrar espaços alternativos de construção identitária e de relacionamento inter e intragéneros, estribados em pressupostos ‘marginais’ de acumulação de capital social. Também podem reproduzir identidades, relações sociais e de poder entre géneros, profundamente enraizadas ‘antes’ e fora dos espaços do *clubbing*. As festas de música electrónica são relatadas, frequentemente, como espaços de liberdade, de aventura, de prazer. Podem ser espaços de emancipação mas também de reprodução de poderes, de constrangimentos e desigualdades, onde o grau de risco se pode converter em perigo. Será que no *clubbing* ‘underground’ o risco é sempre e necessariamente um elemento positivo na estruturação da identidade e construção de feminilidades (Hutton, 2004, 2006)? Nem sempre e, quando o é, é provável que tal não aconteça sempre da mesma maneira. O risco pode funcionar quer positiva quer negativamente nas vivências das mulheres *clubbers*. Toda esta multiplicidade de situações é evidenciada nos resultados da nossa investigação.

Magalhães (2002) propõe o uso do conceito de agência feminina/feminista, não deixando de o problematizar face às críticas pós-estruturalistas (cf. também Arnot e Dillabough, 2002; e Young, 1995, já citados). Isso alerta-nos para os riscos de ‘essencialização’ da identidade, nomeadamente da universalização do conceito de “mulher”. O mesmo pode acontecer, sugerimos, ao aceitar-se uma única noção generalizada de mulher *clubber*. Este é um risco presente na

literatura específica sobre as experiências das mulheres no *clubbing* discutida ao longo deste texto.

Para evitar uma homogeneização artificial das experiências e a universalização tácita de um certo tipo de mulher *clubber*, de feminilidade e de construção de género, é necessário proceder a uma segmentação mais fina entre fracções do *clubbing* (análises comparativas são sempre úteis), desenvolvendo-se uma abordagem interseccional que considere as trajectórias pré-*clubbing*, bem como a inter-relação entre as construções identitárias intra e pré/extra-*clubbing*. Tudo isto permite especificar empiricamente diferentes construções de género e feminilidades de um modo localizado e concreto, com respeito pela pluralidade de casos e pela complexidade da realidade.

Como nota final, realçaríamos novamente que esta proposta teórica é aplicável não só em estudos que privilegiem o género (ou outra variável), mas também naqueles em que seja dada igual importância às múltiplas variáveis em jogo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. F., PINTO, J. M. (1986), “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento: 55-78.
- ARNOT, M., DILLABOUGH, J. (2002), “Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres”, *Ex Aequo*, n.º 7, FPCEUP.
- BENNETT, A. (1999), “Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste”, *Sociology*, Vol. 33, n.º 3: 599-617.
- BENNETT, A. (2004), “Consolidating the music scenes perspective”, *Poetics*, n.º 32: 223-234.
- BENNETT, A., KAHN-HARRIS, K. (2004), *After Subculture*. Palgrave Macmillan.
- BOIA, P. S., LOPES, J. T. (2012), “Do ‘flashar’ dos 27 à techno-clubber de 40: retrato sociológico de Maria”, in J. T. Lopes (org.), *Registos do Actor Plural: Bernard Lahire na sociologia portuguesa*. Porto: Afrontamento : 57-90.
- BOURDIEU, P. (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Editions Droz.
- BOURDIEU, P. (1976), “Quelques propriétés des champs”, in Bourdieu, P., *Questions de sociologie*. Paris: Minuit : 113-120.
- BOURDIEU, P. (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- BRAIDOTTI, R. (1991), *Nomadic Subjects: Embodiment and sexual difference in contemporary Feminist Theory*. New York: Columbia University Press.
- BUTLER, J. (1988), “Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory”, *Theatre Journal*, Vol. 40(4): 519-531.
- CARRINGTON, B., WILSON, B. (2004), “Dance Nations: rethinking youth subcultural theory”, in A. Bennett, K. Kahn-Harris (orgs.), *After Subculture*. Palgrave Macmillan.
- CHOO, H., FERREE, M. (2010), “Practicing intersectionality in Sociological Research’s critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities”, *Sociological Theory*, 28:2: 129-149.
- COHEN, P. (1997) [1972], “Subcultural conflict and working-class community”, in K. Gelder and S. Thornton (orgs.), *The Subcultures Reader*. London and New York: Routledge: 90-99.
- CRENSHAW, K. (1989), *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. Chicago: The University of Chicago Legal Forum: 139-167.

- FERREIRA, M. L. (2001), “Reflexões sobre o conceito de género”, in M. L. Ribeiro (org.), *Pensar no Feminino*. Lisboa: Colibri.
- GIDDENS, A. (1996), *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- GIDDENS, A. (2000), *Dualidade e Estrutura, Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta.
- HABERMAS, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- HALL, S. e JEFFERSON, T. (orgs.) (2006) [1976], *Resistance through Rituals* (ed. de 2006 com novo prefácio). Abingdon: Routledge.
- HARAWAY, D. (1991), “A Cyborg Manifesto”, in Haraway, D., Simians, *Cyborgs and Women*. New York: Routledge.
- HEBDIGE, D., (1979), *Subculture: the Meaning of Style*. Londres: Methuen.
- HOLLANDS, R. (2002) “Divisions in the dark? Youth cultures, transitions and segmented consumption spaces in the night-time economy”, *Journal of Youth Studies*, Vol. 5, Issue 2: 153-171.
- HUTTON, F. (2004), “Up for it, mad for it? Women, drug use and participation in club scenes”, *Health, Risk and Society*, Vol. 6.
- HUTTON, F. (2006), *Risky Pleasures? Club cultures and feminine identities*. Hampshire: Ashgate.
- JACKSON, P. (2003), *Inside Clubbing. Sensual experiments in the art of being human*. Oxford/ NY: Berg.
- JORDAN, T. (1995), “Collective bodies: raving and the politics of Gilles Deleuze and Felix Guattari”, *Body and Society*, Issue 1, Vol. 1.
- LAHIRE, B. (2001), *O Homem Plural – As molas da ação*. Lisboa: Piaget.
- LAHIRE, B. (2004), *Retratos Sociológicos – Disposições e variações individuais*. São Paulo: Artmed Editora.
- LAHIRE, B. (2005), “Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia – Problemas e práticas*, n.º 49.
- LINCOLN, S. (2004) “‘Teenage girls’ ‘Bedroom Culture’: Codes versus Zones”, in A. Bennett e K. Kahn-Harris (orgs.), *After Subculture*. Palgrave Macmillan.
- LOPES, J. T. (2000), *A Cidade e a Cultura*. Porto: Afrontamento.
- LOPES, J. T. (coord.), BOIA, P. S., FERRO, L., GUERRA, P. (2010a), *Género e Música Electrónica de Dança: Experiências, percursos e ‘retratos’ de mulheres clubbers*. Lisboa: CIG.
- LOPES, J. T., BOIA, P. S., FERRO, L., GUERRA, P. (2010b), “Género e música electrónica de dança: experiências, percursos e ‘retratos’ de mulheres clubbers”, *Sociologia, Problemas e práticas*, n.º 62: 35-56.
- LOVELL, T. (2002), “Teoria social feminista”, in B. S. Turner (org.), *Teoria Social*. Alges: Difel.
- MAFFESOLI, M. (1987), *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- MAGALHÃES, M. J. (2002), “Em torno da definição do conceito de agência feminista”. *Ex Aequo*, n.º 7, FPCEUP, 189-198.
- MALBON, B. (1999), *Clubbing. Dancing, ecstasy and vitality*. London/NY: Routledge.
- MARTIN, G. (2004), “New social movements and democracy”, in M. J. Todd e G. Taylor (orgs.), *Democracy and Participation: Popular protest and new social movements*. Londres: Merlin Press: 29-54.
- McCALL, L. (2005), “The complexity of intersectionality”, *Signs: Journal of women in culture and society*. Vol. 30(3): 1771-1800.
- McROBBIE, A. (1991), *Feminism and Youth Culture: from Jackie to Just Seventeen*. Londres: Macmillan.
- McROBBIE, A. (1994), *Postmodernism and Popular Culture*. Londres e N. I.: Routledge.
- McROBBIE, A., GARBER, J. (2006), “Girls and subcultures”, in S. Hall e H. Jefferson (orgs.), *Resistance through Rituals*. Abingdon: Routledge: 177-188.
- MEASHAM, F., HADFIELD, P. (2009), “Everything starts with an ‘E’: Exclusion, ethnicity and elite formation in contemporary English clubland”, *Adicciones*, 21(4): 363-386.

- MUGGLETON, D. (1997) "The Post-subculturalist", in S. Redhead *et al.* (orgs.), *The Clubcultures Reader*. Oxford: Blackwell: 185-203.
- MUGGLETON, D. (2000), *Inside Subculture: The Posmodern meaning of style*. Oxford/ N. I.: Berg.
- PINI, M. (2001), *Club Cultures and Female Subjectivity: The move from home to house*. N. I.: Palgrave.
- PINTO, J. M. (1984), "Questões de metodologia sociológica", I. *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 1: 5-42.
- POLHEMUS, T. (1997) "In the supermarket of style", in S. Redhead *et al.* (orgs.), *The Clubcultures Reader*. Oxford: Blackwell: 130-133.
- REDHEAD, S. (1997), *Subculture to Clubcultures*. Oxford: Blackwell.
- REDHEAD, S. *et al.* (org.) (1997), *The Clubcultures Reader*. Oxford: Blackwell.
- ROBERTS, M. (2005), "Notes on the global underground", in K. Gelder (org.), *The Subcultures Reader* (2.ª ed.). Routledge.
- ROMO, N. (2004), "Tecno y baile. Mitos y realidades de las diferencias de género", *Estudios de juventud*, n.º 64/04.
- THORNTON, S. (1996), *Club Cultures – Music, media and subcultural capital*. Middletown: Wesleyan University Press.
- WILLIS, P. (1977), *Learning to Labour*. Farnborough: Saxon House.
- YOUNG, I. M. (1995), "Gender as seriality: thinking about women as a social collective", in L. Nicholson e S. Seidman (orgs.), *Social Postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press.

